

NÃO SEREI O SUAREZ DE EANES — AFIRMOU LURDES PINTASILGO

• Ministério das Finanças domina a nova estrutura governativa

O primeiro-ministro indigitado considerou ontem prioritário «lubrificar as infra-estruturas da Administração Pública», de forma a assegurar uma maior eficácia ao aparelho do Estado. Essa prioridade — disse Lurdes Pintasilgo — justifica o lançamento de uma nova estrutura de Governo, assente na coordenação sectorial das grandes áreas económica, social e cultural.

Em conferência de imprensa no Palácio das Necessidades (a justificação do local foi a de que, ontem, ainda era um

funcionário do MNE), Lurdes Pintasilgo disse que a nova equipa foi formada com pre-ocupações de competência dos

respectivos membros, de imparcialidade em relação às diversas forças políticas e de experiência de gestão.

Lurdes Pintasilgo salientou que a generalidade dos membros do seu Gabinete tem um currículo académico e profissional brilhante e possui um conhecimento profundo das áreas em que vai intervir.

Referindo-se à «neutralidade» que vai caracterizar o Gabinete, o primeiro-ministro disse que será não uma «neutralidade insípida e incolor», mas uma neutralidade actuante, capaz de compreender as diversas forças, porque só essa neutralidade garante a imparcialidade.

No que respeita ao conhecimento das diversas áreas governativas por parte dos membros do Governo Lurdes Pintasilgo disse que procurou escolher personalidades com experiência de gestão nos diversos campos, de forma a que o Governo arranque a trabalhar imediatamente com premissas seguras.

«Não há governos ideais em absoluto — afirmou Lurdes Pintasilgo. Há governos bons para cada situação e foi numa perspectiva profundamente existencial, quer dizer tendo em conta as coordenadas do momento presente, que me levaram a convidar estes membros do Governo que generosamente acitaram para esta marcha dos 100 dias».

• Coordenação sectorial

Referindo-se à estrutura do seu Governo, Lurdes Pintasilgo situou à cabeça do elenco governativo o ministro-adjunto para Administração Interna, justificando isso com o facto de este Gabinete estar vocacionado, em primeiro grau, para a realização de eleições. Imediatamente abaixo, os ministérios que, pela sua natureza, estruturam o Estado na ordem interna e permitem a sua relação na ordem externa — o Ministério da Defesa e da Justiça e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Ministério das Finanças situa-se numa posição autóno-

ma em relação às outras áreas governativas, justificando-se tal atitude com o facto de este departamento ser «um pilar fundamental que se vai entrosar em todas as outras áreas da governação».

Para além dos ministérios referidos, que gozam de uma certa autonomia, o Governo estrutura-se em três grandes zonas chefiadas por um ministro coordenador.

A zona da coordenação económica é composta pelos Ministérios do Plano, da Agricultura e Pescas, da Indústria e do Comércio e Turismo.

A zona da coordenação social pertencem os ministérios dos Assuntos Sociais, dos Transportes e Comunicações, da Habitação e Obras Públicas e do Trabalho.

A zona da coordenação cultural integra os ministérios da Cultura e Ciência, da Educação e da Comunicação Social.

«Esta divisão corresponde a uma óptica própria de desenvolvimento e, portanto, a uma óptica de progresso das grandes linhas que virão a ser traçadas no Programa do Governo — disse o primeiro-ministro. Tem sido tradição no nos-

conferência de imprensa

31 / VII / 1979

Jornal de Notícias

1 de Agosto de 1979



so país temos uma área de coordenação económica. Tere-mos neste Governo três áreas de coordenação. Não creio que possa haver qualquer esforço de desenvolvimento que não tenha em conta o vector social (o desenvolvimento para quem) e o vector cultural (o desenvolvimento de quem, quem somos e de que modo vamos fazer o que queremos).

Isto não é apenas uma concepção teórica de desenvolvimento, que me conduz a esta estrutura patente em muitas afirmações e estudos das Nações Unidas, mas julgo eu que é uma certa novidade nas estruturas governativas actuais pelo Mundo fora. É uma intenção prática: nós temos um Estado em que os vários departamentos se situam de forma estanque em relação uns aos outros e em que a sua eficácia se vê complicada pela sua existência vertical, apenas em paralelismo com os outros sectores. Daí, a preocupação de introduzir uma dimensão horizontal, intersectorial, a que corresponde cada uma das áreas.

Lurdes Pintasilgo disse que o Governo vai ter que tomar imensas decisões e que a estruturação do Gabinete sob esta forma, permitirá uma eficácia maior da Administração Pública.

● «Espantosa» a falta do PSD e do CDS

No período das perguntas e respostas, a responsável do novo Governo considerou «espantosa» que as cúpulas do PSD e do CDS não tivessem aceitado o seu convite para trocar impressões sobre as linhas de acção do Governo.

Lurdes Pintasilgo considerou que nós «não somos uma jovem Democracia», já que «o

nosso povo se encontra muito preparado para tomar as decisões que lhe são próprias».

Em tal sentido, disse Lurdes Pintasilgo:

«É com espanto que verifico que, ao nível das cúpulas políticas, esses dois agrupamentos tomam à partida uma atitude que já tive ocasião de dizer que não admite sequer o benefício da dúvida, que é a base de toda a Democracia, e emitam «a priori» uma censura prévia que também julgaria estar eliminada com o 25 de Abril de 1974. Isso preocupa-me em termos do clima que vai ser criado junto da nossa população. No entanto, como acredito no bom senso e na capacidade de juízo próprio dos meus compatriotas, não estou excessivamente preocupada».

● Um Governo constitucional pleno

Tem-se dito que este vai ser um governo de gestão, semelhante aos governos demitidos. Lurdes Pintasilgo esclareceu que não é assim.

Segundo o primeiro-ministro, o presidente da República não se referiu a qualquer limitação, pelo que este Governo será um governo constitucional pleno. O único limite que tem é o limite do tempo, já que um governo de 100 dias não pode pensar em realizações profundas.

«Um governo, para gerir, tem de tomar decisões — disse Lurdes Pintasilgo e estas, em matéria governativa, são sempre decisões de médio prazo».

O primeiro-ministro revelou ainda que algumas decisões de fundo poderão ser tomadas em conselhos de ministros presidi-

dos pelo presidente da República.

De qualquer modo, não é intenção de Lurdes Pintasilgo envolver o chefe do Estado na rotina da administração.

No que respeita à duração do Governo, adiantou, noutro ponto, que, depois das eleições, ele se encontra automaticamente demissionário, permanecendo no poder apenas o tempo necessário para que «os partidos assumam a governação».

● Regimes militares estão fora da cena portuguesa

Um jornalista quis saber o que pensa Lurdes Pintasilgo da acusação que lhe fazem de pretender dar cara a um projecto de socialismo militar.

O primeiro-ministro considerou que não é lisonjeadora a «inconsciência» que lhe atribuem.

«Os anos que já tenho em cima de mim tornam difícil manter que eu seja ingenuo e inconsciente de algum outro projecto. É claro do comportamento do senhor presidente da República que não está em causa nenhum golpe de Estado Constitucional, como da sua pergunta se pode inferir. Estamos perante um governo constitucional que deve exercer sobre o Executivo».

«Quanto a regimes militares — acrescentou — julgo que eles estão completamente excluídos da cena portuguesa, uma vez que estão a funcionar com plena normalidade todas as instituições democráticas. Eu nunca serei instrumento de um tal projecto».

Perguntada sobre se a eventualidade de o PSD e CDS se recusarem ao diálogo com o seu Governo lhe retirava a imparcialidade, Lurdes Pintasilgo disse que não, porque dá aos seus parceiros o benefício da dúvida que eles lhe denegam.

● Recuperar o prestígio das instituições

Lurdes Pintasilgo negou a hipótese de o seu Governo vir a desenvolver uma actividade contra os partidos políticos, salientando que, bem ao contrário, pretende restaurar a confiança do país nas instituições democráticas e, designadamente, no Parlamento. O primeiro-ministro considerou que o seu Gabinete vai entrar em funções num período muito difícil mas, segundo afirmou, dar-se-ia por muito contente, no fim do mandato, se conseguisse criar um espírito de compreensão entre os portugueses, o que considerava uma das suas tarefas fundamentais.

Na sua acção política, ao que disse, vai ser respeitado em absoluto o sentido das leis aprovadas na Assembleia da República, não havendo tempo a perder em jogos interpretativos, até por uma questão de fidelidade a um órgão dissolvido.

Os contactos com os partidos políticos não encerrarão, no entanto, depois da dissolução do Parlamento. Lurdes Pintasilgo disse-o ontem claramente, ao afirmar que é sua intenção manter uma troca de impressões regular com os partidos políticos representados no actual Parlamento e com os dirigentes do novo grupo parlamentar da ASDI.

● Política externa privilegiará a nossa inserção real no Mundo

Depois de considerar que Portugal faz parte da Europa e, por isso, do Norte, sendo des-

se Norte a parte sul, Lurdes Pintasilgo disse que a política externa do seu Governo privilegiará as consequências da inserção real do país em termos geopolíticos. Dessa sorte, Portugal reconhecerá a legitimidade das reivindicações do Sul, sem entrar em confronto com o Norte, mas, antes, colocando-se ao lado dos países mais avançados da Europa, designadamente a República Federal Alemã, a França e a Inglaterra, que têm hoje uma compreensão especial dos problemas dos países menos desenvolvidos do Sul e uma política consequente com essa compreensão.

No que respeita às relações com os países africanos de expressão portuguesa, Lurdes Pintasilgo disse que o seu Governo está disposto a encarar um desenvolvimento da cooperação, tomando por base a existência de soberanias distintas e afastando em absoluto os resíduos colonialistas.

● Hoje a posse — programa pronto antes do prazo (10 dias)

O Governo toma posse às 12,30 horas de hoje e, segundo declarou o primeiro-ministro, não utilizará os dez dias do prazo constitucional para apresentação do Programa ao Parlamento.

Perguntada, ainda, sobre se sentia algum paralelismo com o primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez, Lurdes Pintasilgo disse não ser o «Suarez de Eanes», tendo apenas de paralelo com ele a fidelidade ao presidente da República.

Por último, referindo-se ao problema das «diplomacias paralelas», disse não serem muitos todos os esforços para o nosso relacionamento com o Mundo, entendendo que a política externa deve ser objecto de uma concertação entre o Governo e o chefe do Estado.

UMA PROMESSA INTERESSANTE

Uma das mais interessantes promessas do novo primeiro-ministro, na conversa que ontem teve com os jornalistas, foi a de que, doravante, não haverá informação escondida nem intermediários confusionistas, sendo os ministros directamente responsáveis pelas respostas às questões que lhes forem postas pela Comunicação Social.

E, como disse o primeiro-ministro, um comportamento adequado à realização de uma informação mais limpa e correcta do que a que somos, muitas vezes, forçados a fazer, perante a obstrução sistemática da Administração ao conhecimento de questões de interesse público que, diariamente, nos chegam à mesa.

Os jornalistas — e seguramente os leitores — regozijam-se com a promessa, esperando que ela não seja — à semelhança do que aconteceu com governos anteriores — uma mera afirmação de retórica.

Se assim acontecer, este Governo poderá sentir-se, ao fim dos 100 dias da sua marcha, orgulhoso por ter propiciado à Democracia um dos seus expedientes fundamentais: o da limpidez dos actos da Administração nos contactos com a imprensa, que é condição essencial da objectividade das informações veiculadas e consequentemente, do fornecimento aos cidadãos de premissas seguras e precisas para os seus juízos políticos.